

A proposta deste artigo é, primordialmente, acompanhar a trajetória do debate sobre o golpe, comentando algumas das principais formulações sobre aquele processo produzidas ao longo dos últimos quarenta anos.<sup>(1)</sup>

O caminho escolhido para isso não foi o de uma análise exaustiva de tudo o que foi publicado, mas concentrou-se a atenção nas discussões sobre o papel da classe trabalhadora e suas organizações no período anterior à implantação da ditadura, uma chave de entendimento valorizada por diversos ângulos entre os que estudaram o período.

# Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia

Marcelo Badaró Mattos

**C**omeço por situar-me em relação ao tema. O golpe militar surgiu como um problema em meu trabalho de pesquisa, quando da elaboração de uma tese sobre o sindicalismo cariocano no período 1955-1988<sup>(2)</sup>. Procurei entender o novo sindicalismo, fenômeno surgido a partir de 1978, mas para isso julguei necessário investigar as representações que ele fazia do período anterior a 1964, em confronto com uma análise mais precisa daquela fase, o que levou a um recuo do recorte cronológico da investigação, para melhor compreensão do pré-1964.

Deparei-me com uma profunda desilusão em relação ao papel da classe trabalhadora no momento do golpe, por parte de muitos líderes sindicais e políticos que atuavam na época, mas

Marcelo Badaró Mattos é professor de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, instituição pela qual se doutorou.

também de autores que escreveram nos primeiros anos da ditadura e procuravam explicar por que o projeto das organizações vinculadas à classe havia sido derrotado pela implantação do regime militar.

Tais autores acabaram por construir uma análise da classe operária brasileira no negativo, caracterizada pelo que ela não era: não era consciente, nem autônoma, nem mobilizada e

organizada, etc. Por isso, para eles, apesar de muita expectativa em torno do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), do poder sindical, da capacidade de resistência da classe trabalhadora, o golpe fora dado com muita facilidade.

Localizamos então melhor a literatura especializada sobre o assunto, produzida durante a ditadura, começando por situar a própria discussão sobre o golpe militar.

### As análises sobre o golpe nos primeiros anos da ditadura

Até a década de 1970, as interpretações acadêmicas mais comuns sobre o golpe giravam em torno de dois pontos. De um lado, a questão econômica da crise de acumulação. O modelo econômico dependente, montado principalmente com JK, vivia uma crise, cuja superação exigiria do Estado uma intervenção que garantisse maior abertura para o capital estrangeiro e uma política dirigida a privilegiar ainda mais o grande capital, que passava, inclusive, por garantir total controle sobre as organizações e lutas dos trabalhadores, de forma a viabilizar o arrocho salarial.<sup>1</sup>

Muitas vezes apresentada de forma combinada à primeira, aparecia a tese que derivava o golpe da crise do populismo. Este era entendido como a base política da dominação de classes naquela fase, sustentada no equilíbrio instável que garantiu a incorporação das massas à política pela via controlada do pacto populista. Tal pacto entrara em crise, pois as massas queriam ir além dos limites estabelecidos pelas classes dominantes para suas concessões.

Nas palavras de Otávio Ianni, o populismo envolvia diversas dimensões daquela etapa da trajetória brasileira, associadas em especial às contradições do desenvolvimento capitalista urbano-industrial e da entrada das massas no plano das disputas de poder. "Assim pode-se afirmar que a entrada das massas no quadro

mesmo, foram os conflitos sociais que desnudaram aquelas ambigüidades "O populismo terá sido apenas uma etapa na história das relações entre as classes sociais. Nesse sentido é que se pode dizer que no limite do populismo está a luta de classes."<sup>2</sup>

De uma forma geral, esse marco interpretativo permanece importante, por enfatizar dimensões econômicas, políticas e sociais do golpe, entendido em meio à análise de um processo mais amplo. Leituras reductionistas, que deparam exagerado peso a apenas um desses conjuntos de fatores, foram criticadas com razão, mas não constituíram o padrão das análises, que costumaram apontar para a múltipla causalidade na explicação do processo que culminou com o golpe. No entanto, algumas das derivações dessas interpretações para os estudos da classe trabalhadora eram bastante problemáticas.

Conforme aquele marco, as organizações dos trabalhadores foram analisadas através do conceito de sindicalismo populista. Numa síntese esquemática, o "sindicalismo populista" seria caracterizado por:

- inconsistência organizatória (organizações de cúpula - oficiais ou paralelas - seriam privilegiadas em relação às Organizações por Local de Trabalho);
- falta de questionamento à estrutura sindical, inclusive por parte da direção comunista;
- falta de sintonia entre lideranças (com discurso e reivindicações nacionais e politizadas) e suas bases (mobilizadas apenas por questões salariais);
- poder de mobilização concentrado nos trabalhadores do Estado e escasso entre os empregados do setor privado, em especial nos setores de ponta da grande indústria;
- privilegio ao Estado como interlocutor principal dos sindicatos, subordinação aos políticos populistas e secundarização do conflito capital e trabalho<sup>3</sup>. Na definição mais conhe-

cida, de Francisco Weffort, o sindicalismo populista "no plano da orientação, subordina-se à ideologia nacionalista e se volta para uma política de reformas e de colaboração de classes; no plano da organização, caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas 'organizações paralelas', formadas por iniciativa da esquerda, passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial, inspirada no corporativismo fascista como um apêndice da estrutura do Estado; no plano político, subordina-se às vicissitudes da aliança formada pela esquerda com Goulart e outros políticos fiéis à tradição de Vargas."<sup>4</sup>

No estudo que desenvolvi sobre o sindicalismo carioca, como em vários trabalhos produzidos a partir do fim dos anos 1990<sup>5</sup>, tal conceito de "sindicalismo populista" era questionado, pois foram encontradas evidências muito fortes que caminhavam em direção bem diferente. Encontrei na pesquisa com as fontes do período, organizações sindicais com "índices elevados de sindicalização, variadas e ativas organizações por local de trabalho, diversidade de áreas de atuação [...] e sólidos laços de representatividade entre dirigentes e bases." Observei também greves "participativas, organizadas a partir do local de trabalho e com uma integração viável entre demandas políticas gerais e bem sucedidos encaminhamentos de reivindicações econômicas".<sup>6</sup>

Isto não significa que a estrutura sindical não impusesse limites, como as intervenções feitas pela Ditadura logo em seus primeiros dias deixavam claro. Porém, apesar desses limites, havia ação sindical orientada pelos interesses da classe, com impacto efetivo na conjuntura. Ou seja, os trabalhadores agiam para si e com força. Por isso o golpe foi necessário para a classe dominante.

O momento do golpe é fundamental para este debate, pois a produção acadêmica orientada

5 — Id. ib. pp. 209-213.

6 — Para dois exemplos deste tipo de uso da noção de sindicalismo populista, ver Rodrigues, Leôncio Martins. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970; WEFFORT, Francisco. *Origens do sindicalismo populista no Brasil - a conjuntura do pós-guerra*. Estudos Cêbrap, n. 4. São Paulo, abr./jun, 1973. Consideramos as caracterizações feitas pelos autores convergentes, mesmo trabalhando o primeiro com explicações para o comportamento sindical baseadas na origem de classe dos operários e o segundo centrando sua argumentação nas opções políticas das direções.

7 — WEFFORT, F. "Origens...", p. 67.

8 — Ver por exemplo a obra coletiva de FORTES, Alexandre (e outros). *Na luta por direitos*. Campinas: Edunicamp, 1999.

9 — MATTOS, M. B. *Novos e velhos* [...]. ob. cit., pp. 21-3.

1 — Uma primeira versão deste texto foi produzida para o Seminário 40 anos do golpe militar no Brasil. Pelotas-RS, Instituto Mário Alves/UCPEL, 01/04/2004. Uma atualização em dezembro de 2004 procurou incorporar novas contribuições ao debate publicadas recentemente.

2 — Mattos, Marcelo Baduró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro, 1955-1998*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. Retomou alguns aspectos dessa discussão em duas obras de síntese posteriores. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zaher, 2003.

3 — Uma excelente síntese das discussões que adotaram tal ponto de vista encontra-se em Mendonça, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

4 — IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 207.

tada pelo modelo do sindicalismo populista chegou a questionar a resistência dos trabalhadores a tal ponto que negou até mesmo a concretização da greve geral convocada pelo CGT para o dia do golpe. Constatei que, no Rio de Janeiro, como Fernando da Silva também observou em Santos<sup>(10)</sup> (outros exemplos dependem de novas pesquisas), a greve ocorreu e foi tão ou mais ampla que as anteriormente convocadas pela intersindical. Mas, de fato, foi insuficiente para conter o golpe, até porque, como destacou um dos principais líderes do sindicalismo brasileiro à época - Batistinha - os trabalhadores aguardaram a resistência militar,

### O golpe 20 anos depois, as teses de René Dreiffuss

Não enfrentei na época em que produzi minha tese (1996) um debate com a historiografia especificamente dedicada à análise do golpe, publicada por volta de seus vinte anos (quando a ditadura ainda existia, embora abalada pela mobilização redemocratizante). Até porque concordava com as linhas gerais do trabalho mais importante daquele momento (e podemos dizer do conjunto da produção sobre o golpe), escrito por René Dreiffuss<sup>(11)</sup>.

Dreiffuss demonstrou que os empresários brasileiros agiam politicamente de forma organizada e documentou o papel decisivo do grande capital na articulação do golpe. Estudando o complexo IPES-IBAD - Instituto de Pesquisas Econômicas e Superiores e Instituto Brasileiro de Ação Democrática -, mostrou que seus participantes estavam "no centro dos acontecimentos como homens de ligação e como organizadores do movimento civil-militar, dando apoio material e preparando o clima para a intervenção militar [...]. O ocorrido em 31 de março de 1964 não foi um mero golpe militar. Foi [...] um movimento social civil-militar.<sup>(12)</sup>"

O caráter de classe do golpe e dos governos

que não aconteceu: "Não tinha porque o trabalhador, que nunca pegou em arma, pegar [...] Não havia trabalho de resistência armada dos trabalhadores. Havia a ilusão de que as Forças Armadas iriam funcionar democraticamente e impedir o golpe [...]. A classe operária fez o seu papel, parou o Brasil<sup>(13)</sup>."

Assim situada a questão, em relação ao peso da avaliação negativa sobre a ação da classe no momento no período do governo Goulart e no episódio do golpe, passo a comentar algumas teses posteriores, com o compromisso de voltar com mais atenção, adiante, à questão da resistência no momento da derrubada de Goulart.

da ditadura é o centro de sua análise. Segundo ele: "As classes dominantes, sob a liderança do bloco multinacional e associado empreenderam uma campanha ideológica e político-militar em frentes diversas, através de uma série de instituições e organizações de classe, muitas das quais eram parte integrante do sistema político populista."<sup>(14)</sup>

No pós-1964, "essa verdadeira elite das classes dominantes [...] preservou a natureza capitalista do Estado, uma tarefa que envolvia sérias restrições à organização autônoma das classes trabalhadoras e a consolidação de [...] um tipo de capitalismo tardio, dependente, desigual, mas também extensamente industrializado, com uma economia principalmente dirigida para um alto grau de concentração de propriedade na indústria e integração com o sistema bancário."<sup>(15)</sup>

É possível argumentar que a existência de uma articulação tão ampla quanto a demonstrada por Dreiffuss não era suficiente para explicar o golpe em si, que foi deslançado por iniciativa imediata dos militares e, como demonstra a precipitada saída de Mourão Filho

com suas tropas de Minas Gerais, não possuía uma única frente de conspiradores. No entanto, o trabalho de Dreiffuss tem um sentido bem mais profundo do que a análise do acontecimento golpe enquanto fenômeno imediato.

Seu estudo nos posiciona sobre as condições que viabilizaram o sucesso da tomada do poder pelo movimento civil-militar e a natureza das políticas postas em prática nos anos seguintes.

A despeito desse acordo geral com a interpretação de Dreiffuss, ressalto que, como sua obra não se propôs a tratar o outro lado - o da resistência dos trabalhadores - em várias pas-

sagens seu livro acaba reforçando as formulações anteriores sobre a inexistência ou inconsistência da capacidade de intervenção organizada da classe, dados os limites do sindicalismo de então.

Assim, ainda que seu trabalho avançasse em relação à discussão de como foi articulado o golpe, qual o caráter de classe dessa articulação e dos governos militares, mantinha-se em sua análise o quadro geral do modelo interpretativo do "sindicalismo populista" para definir as relações entre Estado e trabalhadores e as organizações e lutas destes.

### A historiografia do golpe nos seus trinta anos

nenhuma ação concreta.<sup>(16)</sup> Pelo lado dos militares que apoiavam Jango, o almirante Aragão, dos Fuzileiros Navais, afirmou "Eu não prendi o Lacerda porque não tinha ordens nesse sentido, embora fosse a favor da invasão do Palácio Guanabara". Já o então coronel aviador Rui Moreira Lima, que comandava a aviação de caça na base de Santa Cruz, sobrevooou a coluna de Mourão Filho que se deslocava para o Rio, mas não atacou as tropas golpistas por falta de ordem para tal. "Não resistimos ao golpe porque éramos disciplinados. Existiam uma cadeia de comando e uma hierarquia. [...] Só atiraria com ordens. Sou um militar, atiraria se estivesse cumprindo uma ordem."<sup>(17)</sup>

Partindo das análises que ganharam maior destaque nos anos 1990, destaco os resultados da pesquisa de um grupo do CPDOC da FGV-RJ a partir de depoimentos com militares. Dois textos publicados em 1994 podem ser tomados como exemplos de como os resultados dessas pesquisas caminhavam num sentido inverso ao do que eu constatava, ao discutir a resistência possível ao golpe. Em reforço ao argumento dos militares golpistas entrevistados, tenderam a afirmar que inexistiu qualquer possibilidade de resistência, já que o dispositivo militar de Jango caiu como um castelo de cartas. Cabe aqui, entretanto, conferir maior atenção aos objetivos gerais daquelas análises, do que ao aspecto es-

Em meados dos anos 1990, porém, já se apre-sentavam também as novas teses sobre o golpe, produzidas em torno de seus trinta anos. Há algumas dessas que vi com grande preocupação e retorno aqui o ponto em que estávamos quando, citando Batistinha, me referi à expectativa de resistência ao golpe entre os militares.

Mesmo que não fosse esse meu objeto central de pesquisa, questionava aspectos daquelas análises que se construíam a partir exclusivamente do depoimento dos militares golpistas, agora dispostos a falar mais (embora suas visões sempre tenham tido espaço dominante, via imprensa, publicações de memórias e biografias), e que apresentavam a visão de que o golpe fora dado sem maiores resistências.

Pesquisando a greve contra o golpe, era possível constatar a articulação efetiva de lideranças sindicais com militares que estavam dispostos a resistir para garantir o governo e as instituições constitucionais, mas que não o fizeram porque lhes faltou o que é fundamental em sua instituição: ordens e comando. Como demonstrava a ponte estabelecida por Paulo Mello Bastos, coronel reformado da Aeronáutica, dirigente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Aéreos, do Sindicato dos Aeronautas e do CGT, com uma série de lideranças militares da base de sustentação de Jango, inclusive no momento do golpe, mas que não resultou em

16 — BASTOS, Paulo Mello. *Salvo comêrito*. Um vóto na história. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

17 — Depoimentos registrados por Moraes, Denis de. *A esquadra e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, pp. 163 e 165.

10 — SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade*. 1937-1968. São Paulo: Hucitec/Pref. Municipal de Santos, 1995.

11 — FIGUEIREDO, Betânia G. (org.). *Batistinha: o combatente dos trilhos*. Rio de Janeiro: CMF/AMORJ, 1994, p. 45.

12 — DREIFFUSS, René A. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

13 — *Id. ib.*, p. 397.

14 — *Id. ib.*, p. 483.

15 — *Id. ib.*, p. 485.

pecífico da possibilidade de resistência ao golpe. O primeiro texto é de Gláucio Ary Soares, "O golpe de 64"<sup>(18)</sup>

O objetivo central do artigo é contestar as teses que atribuem a precedência explicativa do golpe aos fatores econômicos mais gerais (resolução da crise de acumulação capitalista). Para o autor, buscar os atores seria essencial e entre eles, privilégio os militares, que afinal de contas deram o golpe. A análise se faz quase que exclusivamente a partir do discurso dos militares, o que gera um grave risco de queda na armadilha da "ilusão biográfica" e de falta de crítica da fonte oral, que como qualquer outra fonte necessita ser contextualizada.<sup>(19)</sup> O autor, em muitas passagens, toma aqueles depoimentos como dados, tratáveis inclusive quantitativamente. Contrapõem-se assim, sem maiores problematizações, as memórias dos golpistas com as análises acadêmicas sobre o golpe e conclui-se pela correção das primeiras, identificando diretamente dos depoimentos os "motivos do golpe" como sendo: "1º. Caos, desordem, instabilidade; 2º. Perigo comunista e subversão; 3º. Crise hierárquica militar; 4º. Interferência do governo nos assuntos, na hierarquia e na disciplina militar; 5º. Apoio popular ao golpe; 6º. Corrupção, roubo de verba pública; 7º. Sindicalismo, república sindical."<sup>(20)</sup>

O autor reconhece a conspiração militar para dar o golpe desde a saída de Jânio, mas enfatiza que ela não possuía um comando orgânico. A partir dos depoimentos, tomados quase que como o estabelecimento da versão definitiva sobre a participação militar, contesta as teses da historiografia, para ele resumidas às seguintes combinações: de uma conspiração dos grupos econômicos brasileiros; de uma conspiração dos grupos econômicos brasileiros com apoio do governo americano; de uma conspiração dos grupos econômicos brasileiros com

apoio dos militares e das multinacionais e de uma conspiração dos grupos econômicos brasileiros com apoio das multinacionais. Escolhe a opção, apontada pela grande maioria de seus entrevistados militares de uma "conspiração dos militares com apoio dos grupos econômicos brasileiros."<sup>(21)</sup>

Trata-se de uma contraposição às teses de Dreifuss de que o golpe foi movido pela ação organizada do grande capital nacional e associado, com apoio militar e da política externa dos EUA.. Mas, o trabalho de Dreifuss é tratado com respeito, apesar de questionado. Para Soares, os "grandes avanços, como o livro hoje clássico de Dreifuss a respeito da participação dos grupos econômicos organizados, requerem pesquisa detalhada, cuidadosa e cansativa".<sup>(22)</sup>

Sistematizava-se ali algo que aparecia no primeiro livro com as entrevistas do mesmo projeto, segundo texto a considerarmos.<sup>(23)</sup> Na introdução desse último, aparece a idéia de que havia não um grupo dirigente, mas pelo menos dois grandes pólos golpistas entre os militares: o da "Sorbonne" e o da tropa. Aponta-se que os líderes (Costa e Silva e Castelo Branco) só aderiram à conspiração no último momento. Faz-se também a sugestão de crítica à historiografia a partir da posição dos militares, em pelo menos dois pontos centrais.

O primeiro deles fixa que a "opinião militar dominante define o golpe como resultado de ações dispersas e isoladas, embaladas, no entanto, pelo clima de inquietação e incertezas que invadiu a corporação. Esta visão se contrapõe à interpretação predominante entre os analistas que até agora examinaram o episódio. Para estes, o golpe teria sido produto de um amplo e bem-elaborado plano conspiratório que envolveu não apenas o empresariado nacional e os militares, mas também as forças econômicas multinacionais".<sup>(24)</sup> Já o segundo argumento

18 — SOARES, Gláucio Ary. O golpe de 64. In SOARES, Gláucio Ary & ARAÚJO, Maria Celina D' (orgs.). 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

19 — Sobre a "ilusão biográfica", ver o texto com esse título de BOURDIEU, Pierre em FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Jenaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

20 — SOARES, G. A., O golpe de 64, ob.cit., p. 30.

21 — Id. ib., pp. 34-35.

22 — Id. ib., p. 37.

23 — ARAÚJO, Maria Celina D', SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. *Visões do golpe. A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

centra-se na constatação de que os "depoentes concordam que não havia um projeto de governo entre os vencedores: o movimento foi contra, e não a favor de algo".<sup>(25)</sup>

O primeiro ponto sugere o questionamento das análises históricas baseadas em fontes que revelam as articulações e a participação do grande capital (e de militares) numa conspiração golpista, usando como única evidência os depoimentos dos que participaram do golpe. Tais depoimentos, mesmo que fossem "sinceros", foram dados por oficiais que em 1964 ocupavam postos de segunda ordem (capitães, coronéis) e, portanto, tinham papel secundário na conspiração, como os próprios autores ressaltam: "Os militares que aqui depõem em sua maioria não tiveram uma liderança destacada nos preparativos do golpe."<sup>(26)</sup> Cabe então a pergunta: se não tiveram liderança, como podem ser fonte usada para contrapor-se às análises dos registros dos setores que tiveram papel de liderança nesses "preparativos"?

O segundo ponto também é questionável quando se constata que, logo nos primeiros meses de governo militar foi aprovada uma série de medidas que tinham sido estudadas e sistematizadas pelo IPES antes (como demonstra Dreifuss). E quem as executou foram ministros e outras autoridades que integravam, com destaque, os quadros do mesmo IPES. Ou seja, ainda que se possa admitir o caráter fragmentado da direção golpista em 31 de março/1º de abril de 1964, é difícil não perceber que o golpe vinha sendo preparado de muito antes, por uma articulação que ia além dos militares, envolvia os interesses de classe do grande capital e isto se demonstra pela própria linha de intervenção do Estado nos momentos seguintes.

Dessa mesma época (cerca de 30 anos após o golpe) é o trabalho de Argelina Figueiredo<sup>(27)</sup>. A autora também está preocupada em contes-

tar as análises anteriores, baseadas em explicações "estruturais" (econômicas, mas também políticas — como a idéia de crise institucional) e, principalmente naquelas interpretações "intencionais" — leia-se Dreifuss. Para Argelina: "Este tipo de análise [...] falha em fornecer uma explicação real, pois toma a mera existência de uma conspiração como condição suficiente para o sucesso do golpe político. Os conspiradores são vistos como onipotentes. Conseqüentemente a ação empreendida por eles não é analisada em relação a outros grupos, nem vista como sendo limitada por quaisquer constrangimentos externos"<sup>(28)</sup>.

Sua opção de análise, em contraposição, é privilegiar os momentos críticos do governo Goulart, empregando a teoria da escolha racional. Tal referência teórica pode ser avaliada, numa leitura crítica, apesar de sua anunciada relação com o marxismo, como uma variante do individualismo metodológico, que toma o comportamento dos agentes sociais como o dos indivíduos dotados de margens amplas de escolha e racionalidade direta na sua ação social.<sup>(29)</sup>

A autora tenta provar que havia um caminho para reformas moderadas dentro da ordem democrática e que os "atores" escolheram maximizar suas possibilidades, em detrimento dessa ordem: os reformistas querendo reformas amplas e os contrários às reformas dispostos a tudo para barrá-las. Sua conclusão é explícita: "Além dessas razões [um cálculo oportunista de vantagens em tensionar pelas reformas amplas], um outro fator contribuiu para impedir a realização de qualquer das duas possibilidades de combinar reforma e democracia, ou seja, a visão instrumental de democracia, mantida tanto pela direita como pela esquerda. De fato, os grupos esquerdistas e pró-reformas buscavam essas reformas ainda que ao custo da democracia. Para obter as reformas, propunham e esta-

24 — Id. ib., p. 16.

25 — Id. ib., p. 18.

26 — Id. ib., p. 8.

27 — FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

28 — Id. ib., p. 28.

29 — A teoria da escolha racional é defendida, entre outros, por Adam Przeworski, orientador da tese de Argelina Figueiredo. Dêle, em português, pode-se ler *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1989. Para uma crítica desse tipo de concepção ver BENSARD, Daniel. *Marx, o intempesivo*. Grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

vam dispostos a apoiar soluções não democráticas. Aceitavam o jogo democrático somente enquanto fosse compatível com a reforma radical. A direita, por outro lado, sempre esteve pronta a quebrar as regras democráticas, recorrendo a essas regras apenas quando lhes eram úteis para defender interesses entrincheirados. Aceitavam a democracia apenas como meio que lhes possibilitava a manutenção de privilégios. Ambos os grupos subcreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse 'as suas conveniências'. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas<sup>(30)</sup>.

Se as pesquisas sobre os militares acima citadas tinham os mesmos alvos de crítica à historiografia anterior que Figueiredo, o faziam sem caricaturar análises como a de Dreifuss e partiam do pressuposto de que os responsáveis pelo golpe foram os que o deram, procurando explicá-lo a partir daquele ator que teve a visibilidade do poder – os próprios militares. Foram importantes, por apresentarem as razões que militares alegaram para mover-se nessa direção, embora possamos achar que não tenham ido "além da aparência para explicar a essência" do processo. Já Argelina Figueiredo atribui a responsabilidade pelo golpe tanto aos que o deram quanto às forças que defendiam as reformas e foram atingidas pelo golpe.

Essa explicação é insustentável, porque, do ponto de vista teórico, parte do pressuposto de que o Estado é um ator neutro, que paira acima das disputas da sociedade, podendo caminhar movido pelos dirigentes eleitos ou pelos que o assaltam, como se estes tivessem o papel de condutores de um veículo, uma máquina burocrática cujo rumo é ditado pelo seu operador. Além disso, toma a democracia como um tipo ideal, que atende a todos os interesses (mesmo que parcialmente ou periodicamente), se todos os atores concordarem com suas regras.<sup>(31)</sup>

Por outro lado, empiricamente, despreza o fato de que as reformas propostas não eram radicais, embora a retórica às vezes fosse, pois a reforma agrária – a principal reforma de base

proposta – foi uma tarefa cumprida pelos governos burgueses na maior parte do mundo e o que se propunha no parlamento, sem encontrar espaço para negociação com a maioria, era apenas garantir as condições para a indenização em prazo mais longo (sequer a expropriação) dos latifundiários.

A Reforma Universitária concentrava-se em democratizar a gestão das instituições e ampliar o acesso, tarefas já cumpridas em outros países da América Latina desde o início do século XX. Já o controle da remessa de lucros poderia ser parte de um plano econômico de qualquer governo menos comprometido com os interesses das multinacionais, sem significar necessariamente um fechamento do mercado.

Além disso, não se leva em conta que as forças mais importantes da esquerda naquele período defendiam caminhar dentro da ordem democrática. O PCB, por exemplo, defendia a tese terceiro-internacionalista da revolução democrático-burguesa, ou seja, da aliança com a burguesia nacional para viabilizar a primeira etapa capitalista das transformações pelas quais o país deveria passar, aceitando "as regras do jogo democrático" nos limites em que elas se apresentavam então.

Lúcio Flávio Almeida demonstrou o quanto de equívoco haveria em, ao "avaliar os programas do Partido Comunista frente à questão democrática, atribuir-lhe uma concepção de democracia que não era a dele", como as concepções de Norberto Bobbio, ou a concepção procedimental de Schumpeter, que parecem orientar algumas análises.

Ainda assim, toda a linha política da "Declaração de Março", de 1958, do PCB, estava centrada na defesa de uma frente única, em que os comunistas apoiariam os "elementos nacionalistas e democráticos" da burguesia brasileira e das políticas de Estado.

Isto, mesmo sendo possível discernir naquele contexto que o nacionalismo de algumas das lideranças apoiadas pelos comunistas estava longe de ser antiimperialista, sendo suas con-

dições e práticas democráticas de "baixíssima intensidade".

A mobilização das classes populares no governo Goulart colocavam "na ordem do dia três fortes itens da revolução burguesa – as questões agrária, nacional e democrática".

O problema, portanto, não estaria na falta de compromisso democrático da esquerda identificada com essa mobilização, mas ao contrário, na completa ausência de sentido na proposta de uma revolução burguesa para uma burguesia que não precisaria de nenhuma revolução para fazer valer seu projeto de classe.<sup>(32)</sup>

Na prática, a opção pela atuação nos marcos principais sindicatos ligados ao CGT, quando estes rejeitaram, em fins de 1963, a tentativa de Jango de implantar o Estado de Sítio. O pró-

## O debate em 2004

Nestes quarenta anos do golpe, para quem acompanhou os seminários, cadernos especiais da imprensa e publicações especializadas, parece ser evidente que algumas teses de cerca de dez anos atrás foram supervalorizadas, enquanto o acúmulo anterior de pesquisas foi sistematicamente negado.

O que acabou por gerar uma reação, que revela a existência de um debate forte entre setores universitários, alguns dos quais antes caminhavam no mesmo sentido e hoje parecem trilhar rumos opostos.

As análises produzidas em torno de 1994, nas pesquisas do CPDOC sobre militares foram exacerbadas por trabalhos recentes, como o de Elio Gaspari, que não só nega qualquer motivação econômico-social, e qualquer nível de conspiração articulada ("o exército dormiu janguista e acabou revolucionário"), como atribui o golpe e os caminhos da ditadura ao jogo das individualidades dos personagens – Jango vacilante ou os militares mais moderados ou mais duros por persona-

prio Jango, com apoio dos comandos militares, encaminhou a solicitação do Estado de Sítio ao Congresso Nacional, aguardou a resposta – negativa – e desistiu da idéia, demonstrando que mesmo quando ainda contava com sustentação nas Forças Armadas, não estava disposto a romper com a legalidade vigente.

Não se toma em conta também que aquela democracia era restrita até mesmo para os parâmetros daquilo que às vezes é adjetivado como democracia "burguesa-representativa-liberal". O PCB não possuía registro legal, a estrutura sindical era a herdada da ditadura varguista, a polícia política também era uma permanência daquela fase e mostrava-se cada vez mais especializada e atuante, apenas para listarmos alguns elementos que dizem respeito às organizações dos trabalhadores.

lidade – e às contingências factuais.<sup>(33)</sup> Sem menosprezar sua redação cativante e a apresentação de algumas fontes que confirmam ou negam proposições antes mal fundamentadas, trata-se da recuperação do melhor estilo da história "acontecimental" do século XIX, criticada pelos *Annales*.

Análises e explicações causais são substituídas por descrições de acontecimentos, movidos pelo sabor do acaso, desaguando em conclusões que beiram o paradoxo: "O levante se apresentara como um movimento em defesa da ordem constitucional, mas a essência dos acontecimentos negava-lhe esse caminho".<sup>(34)</sup> O que é "a essência dos acontecimentos"?

O mesmo sentido de análise centrada exclusivamente nas possibilidades de ação e reação dos chefes políticos alimenta a biografia de Jango escrita por Marco Antonio Villa.

Neste caso, um personagem ao qual se atribui uma responsabilidade negativa, pois segundo o autor, João Goulart "pela posição que ocupava poderia ter impedido" que se chegasse ao

32 — ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Insistente desencanto: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64. In MAZZEO, Antonio Carlos & LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Corêz, 2003. pp. 88, 116, 121-2.

33 — GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. 34 — *Id. ib.*, p. 121.

30 — FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou I. J.*, *ob. cit.*, p. 202.

31 — Sobre os limites da democracia contemporânea e a incompatibilidade entre o conceito clássico de democracia e o capitalismo, ver WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.

cialismo, compartilhado pelos militantes de esquerda, com um suposto uso cínico das bandeiras de resistência democrática contra a ditadura, acaba-se por reforçar o círculo dos militares de que o motor do golpe foi a ameaça de uma ditadura comunista, permitindo a matérias jornalísticas aproximar acadêmicos "de esquerda" e defensores do golpe, na perspectiva de que evitava-se um mal maior.

Tem razão neste sentido Marcelo Ridenti, que criticou a concepção de Reis Filho, defendendo a idéia de que havia um componente assumido de resistência nas proposições de várias das organizações de esquerda daquele período e que ainda que muitas delas não priorizassem a "resistência democrática", o resultado de sua ação foi o de uma luta de resistência contra a ditadura. Para Ridenti, o que os pesquisadores nem sempre avaliam é que "nos anos 60, antes e depois do golpe de 1964, a questão da democracia estava no contexto da guerra fria, em que os Estados Unidos não hesitavam em apoiar golpes militares para garantir o poder de seus aliados na América Latina, ditos liberais e defensores da democracia..."

Em seu argumento, se os estudiosos não podem controlar o uso de suas pesquisas históricas nos embates políticos do presente, devem ao menos "estar conscientes de que o realce analítico de alguns aspectos, em detrimento de outros, pode levar a interpretações equivocadas da realidade histórica como um todo".

As interpretações da "falta de democracia das esquerdas" acabaram por ser incorporadas "por aqueles que isentam setores significativos da sociedade civil de cumplicidade com a ditadura - e até pelos que chegam a justificá-la", ainda que essa não fosse a intenção daqueles estudiosos.<sup>(42)</sup> O que está em jogo nessa guinada à direita de uma parte da historiografia acadêmica sobre o golpe de 1964, não pode ser dissociado de um processo maior de domínio conservador nas análises históricas e no pensamento universitário em geral, fruto em grande medida do contexto neoliberal de avanço

dem a tese da resposta de direita ao golpe planejado pela esquerda. Algo que atraiu a atenção até mesmo da grande imprensa, pois o debate ganhou as páginas dos jornais.

Dando foro de maior legitimidade à nova proposta interpretativa, por seu passado na luta armada, Daniel Araújo Reis Filho, conforme a reportagem do jornal *O Globo*, teria caracterizado as esquerdas na resistência à ditadura como antidemocráticas e afirmado que se vitórias fossem, poderiam ter gerado um confronto ainda pior e um regime de exceção mais violento: "Falava-se em cortar cabeças, essas palavras não eram metafóricas. Se as esquerdas tomassem o poder, haveria, provavelmente, a resistência das direitas e poderia acontecer um confronto de grandes proporções no Brasil. Pior, haveria o que há sempre nesses processos e no coroamento deles: fuzilamento e cabeças cortadas".<sup>(43)</sup>

Para que não tomemos como análises do autor a síntese de um jornal diário, podemos recorrer a um texto em publicação acadêmica recente. Reis Filho parece do objetivo de demonstrar que a atribuição de um caráter de "resistência democrática" à ação das esquerdas no período da ditadura militar é uma invenção datada da fase da redemocratização, pois as esquerdas da luta armada seriam antidemocráticas e visariam a implantação do socialismo - por elas entendido como incompatível com a democracia - pela via revolucionária. E isso não seria, segundo o autor, uma novidade, pois já no início dos anos 1960 o desprezo pela democracia se manifestara nas esquerdas que "inebriadas pela vitória de agosto de 1961 [a posse de Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros], passaram à ofensiva política, e desafiavam abertamente a legalidade existente".

Dava-se assim o argumento que faltava para que a direita assumisse o discurso da defesa da legalidade, conseguindo mobilizar um movimento civil de grandes proporções "para legitimar posições favoráveis à intervenção militar golpista".<sup>(44)</sup> Desse ponto de vista, que conflui de o objetivo estratégico da construção do so-

Centenas de milhares nas ruas com Jango, centenas de milhares com "Deus pela Liberdade" contra Jango, greves em quantidades cada vez maiores (38 greves em três meses só no Rio de Janeiro em 1964, quatro vezes mais que no mesmo período do ano anterior), levantes dos baixos-patentes das forças armadas, militares em marcha... e "uma parcela ampla da população em silêncio? Ao acreditarmos nessa hipótese estaremos concordando que a dinâmica política é dada por esquerda e direita em seu jogo pelo poder, pela via democrática ou não. Esquerda, direita, "povo"; onde estão os empresários, os trabalhadores, os setores intermediários: onde estão as classes e seus conflitos?

Além disso, também aqui onde encontramos o mesmo argumento de Argelina Figueiredo (talvez um pouco mais simplificado), podemos levantar as mesmas ponderações. Além de alguns discursos mais radicalizados, de lideranças como Brizola, Julião ou Prestes, onde estariam as evidências concretas de tal "golpismo" das esquerdas, se os trabalhadores não pegaram em armas, os militares fiéis a Goulart evitaram o combate aguardando as ordens legais e o próprio presidente retirou-se evitando a confrontação?

Caio Navarro de Toledo, criticando tais formulações, assinala com precisão que a "afirmação de *golpismo* das esquerdas tem efeitos ideológicos precisos; de imediato, ajuda a reforçar as versões difundidas pelos apologetas do golpe político-militar de 1964. Mais do que isso: contribui para legitimar a ação golpista vitoriosa ou, na melhor das hipóteses, atenua as responsabilidades dos militares e da direita civil pela supressão da democracia política em 1964.

A direita golpista não pode senão aplaudir esta "revisão" historiográfica proposta por alguns intelectuais progressistas e de esquerda".<sup>(45)</sup> Referindo-se a intelectuais de esquerda, Caio Navarro com certeza mira naqueles com passadinho de luta contra a ditadura que agora defen-

impasse cuja saída foi o golpe.<sup>(35)</sup> Gaspari também retomou as teses de Argelina Figueiredo, radicalizando-as. Não apenas inexistia o compromisso da esquerda com a democracia (tanto quanto o da direita), como para ele "havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no 'dispositivo militar' e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial."<sup>(36)</sup>

Tal radicalização dessas teses - não apenas inexistiam compromissos com a democracia, como também esquerda e direita caminhavam para o golpe - parece agora ter se tomado a tônica das análises que receberam maior destaque nos debates dos últimos meses. Jorge Ferreira, por exemplo, em artigo para uma revista de divulgação que repetia argumentos de um texto de maior fôlego,<sup>(37)</sup> analisando os últimos dias do governo Goulart, afirma o seguinte: "O conflito político entre esquerdas e direitas tomou novos rumos. Não se tratava mais de saber se as reformas seriam ou não implementadas. A questão central era a tomada do poder e a imposição de projetos. Os partidários da direita tentariam impedir as alterações econômicas e sociais, sem preocupações de respeitar as instituições democráticas. Os grupos de esquerda exigiam as reformas, mas também sem valorizar a democracia. [...] Passa a citar Argelina Figueiredo, e conclui: Entre a radicalização da esquerda e a direita, uma parcela ampla da população brasileira apenas assistia aos conflitos - em silêncio."<sup>(38)</sup>

Ou seja, segundo esse autor, esquerda e direita lutavam naquele momento pela tomada do poder, por vias não democráticas, como que numa corrida em que largavam em igualdade de condições e objetivos idênticos, tratava-se de observar apenas quem foi mais forte ou chegou antes para definir o rumo do país. Além disso, defende que o momento era de radicalização, mas o povo assistiu a tudo bestializado.

35 — ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Insistente desmembramento: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64*. In MAZZEO, Antonio Carlos & LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Correlações Vermelhas: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Coraz, 2003. pp. 88, 116, 121-2.

36 — GASPARI, Elio. *A ditadura emergente*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

37 — VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo, Globo, 2004, p. 241.

38 — Gaspari, Elio. *A ditadura*. l. ob. cit., p. 51.

39 — FERREIRA, Jorge. *Sexta-feira 13 na Central do Brasil*. *Mossa História*, Nº 5, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, março de 2004. As idéias centrais são apresentadas com maior vagar em FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In FERREIRA, Jorge & DELAGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V. 13.

40 — FERREIRA, J. *Sexta-feira 13*. Ob. cit., p. 35.

41 — TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. *As falácias do revisionismo*. *Crítica Marxista*, No. 19. Rio de Janeiro, 2004, pp. 44-45.

42 — *O Globo*, Rio de Janeiro, 29/03/2004.

43 — REIS FILHO, Daniel Araújo. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Fatto. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EdUSC, 2004. pp. 38-9.

44 — RIDENTI, Marcelo. *Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores*. In *Idéias*, pp. 62 e 64.

da ordem do capital nos anos 1990 e na década em curso. Pode ser interessante pensar também como é importante para certos setores intelectuais, neste momento do governo Lula, absolutizarem a dimensão formal da democracia representativa e o caminho da moderação nas reivindicações populares – mesmo as reivindicações de reformas limitadas são perigosas e o único caminho é a paciência dos baixos para que, através das urnas, do parlamento e das leis, se desperte a possibilidade de concessões leves e graduais dos de cima.

Não deixa de ser triste observar como, neste seu vôo revisionista, acabam por somar-se ao coro dos que, desde 1964 querem absolver os golpistas para condenar o ataque pelo golpe. Assim, nesta versão, o golpe não se deu

para controlar os trabalhadores e garantir o projeto empresarial, mas foi decorrência de uma intransigência mútua, senão de uma maior responsabilidade “das esquerdas”.

No fundo, é a matriz mesma de explicação da história que se coloca em questão. Não apenas se quer apagar, ou estigmatizar como inexistente (por descompromisso com uma democracia modelar, de resto distante da realidade política do Brasil na época) a resistência contra o golpe militar e a ditadura por parte das organizações da classe trabalhadora e de outros setores sociais. Pretende-se mesmo afastar de vez o fantasma das classes e da luta de classes como centro da explicação da trajetória dos homens no tempo. Mas, o espectro não se cansa de rondar.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALMEIDA, Lúcio Elvírio Rodrigues de. In-sistente desencanto: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64. In MAZZEO, Antonio Carlos e LAGO, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.
- ARAUJO, Maria Celina D., SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. *Viés do golpe: A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- BASTOS, Paulo Mello. *Sócio conduto*. Um vôo na história. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- BENSAID, Daniel. *Marx, o inter-pastivo*. Grandeza e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BOURDIEU, Pierre e FERREIRA, Marcia de Moraes e AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- DREIFUSS, René A. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In FERREIRA, Jorge e DELAGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V. 3.
- FERREIRA, Jorge. Sexta-feira 13 na Central do Brasil. *Nossa História*. Nº 5. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, março de 2004.
- FIGUEIREDO, Angelina C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à*
- crise política: 1961-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- FIGUEIREDO, Betânia G. (org.). *Brasilzinho: o combatente dos trilhados*. Rio de Janeiro: CMF/AMORJ, 1994.
- FORTES, Alexandre (e outros). *Na luta por direitos*. Campinas: EdUnicamp, 1999.
- GASPARI, Elío. *A ditadura emvergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro: 1955-1988*. Rio de Janeiro: Vício de Lettura, 1998.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Lettura, 2002.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.
- REIS FILHO, Daniel Araújo. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Pauto. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois* (1964-2004). São Paulo: EdUSC, 2004.
- RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Pauto. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois* (1964-2004). São Paulo: EdUSC, 2004.
- RODRIGUES, Leônicio Martins. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968*. São Paulo: Hucitec/Pref. Municipal de Santos, 1995.
- SOARES, Gláucio Ary. O golpe de 64. In SOARES, Gláucio Ary & ARAÚJO, Maria Celina D' (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- TOLEDO, Cato Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*. No. 19. Rio de Janeiro, 2004.
- VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil* (1945-1964). São Paulo, Globo, 2004.
- WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil - a conjuntura do pós-guerra. *Estados Cebrap*, n. 4. São Paulo, abr./jun, 1973.
- WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.

A história do golpe de 1964 possui vários aspectos que são abordados sob os mais variados pontos de vista. A questão da relação entre acumulação capitalista e golpe de 64 já recebeu alguns estudos mas sob perspectivas que deixam de lado o essencial, isto é, o processo de luta de classes a nível nacional e internacional. É desta perspectiva que analisaremos esse fenômeno no presente artigo. Para isto, discutiremos o desenvolvimento capitalista e os regimes de acumulação que estão na sua base e as lutas de classes nacionais e internacionais. Assim feito, apresentaremos nossa hipótese de que foram as lutas dos trabalhadores, no contexto de crise internacional de um regime de acumulação e busca de aumento da taxa de exploração, que promoveram o golpe de estado de 1964.

# Acumulação Capitalista e Golpe de 1964

Nildo Viana

Para compreender a relação entre acumulação capitalista e golpe de 64, é necessário entender a dinâmica do capitalismo mundial do pós-Segunda Guerra Mundial e a inserção do Brasil nesse contexto. A periodização do capitalismo proposta por Benakouche [1980], fundada nos regimes de acumulação, é uma contribuição fundamental para tal.

Esse autor considera que as fases do capitalismo são marcadas por diferentes regimes de acumulação: "A mudança de formas é uma das características do modo de produção capitalista. De fato, os modos e as formas da acumulação do capital e, portanto, os modos de extração da mais-valia e as formas que assumem as

Nildo Viana é Professor da Universidade Estadual de Goiás; Doutor em Sociologia/UnB.  
E-mail: nildoviana@terra.com.br